

ATOR SOCIAL E STATUS: HOMOSSEXUALIDADE SOB A ÓTICA DE ÉMILE DURKHEIM E PIERRE FÉLIX BOURDIEU APÓS PRÁTICA DE EXTENSÃO/PESQUISA EM UMA ESCOLA “INCLUSIVA”

SOCIAL ACTOR AND STATUS: HOMOSEXUALITY FROM THE STANDPOINT OF ÉMILE DURKHEIM AND PIERRE FÉLIX BOURDIEU AFTER PRACTICE OF EXTENSION/ SEARCH IN AN “INCLUSIVE” SCHOOL

Renan Antônio da Silva¹

Resumo: O objetivo deste texto é demonstrar o estado do conhecimento sobre a homossexualidade sob a ótica da sociologia após uma prática de extensão/pesquisa em uma escola destinada ao público LGBTTT fundada em 2009, que fechou suas portas em 2012. Recorre-se à literatura nacional e internacional para esta discussão que tem como conceito central a homofobia e como foco estratégico, a análise do trabalho de Émile Durkheim e Pierre Félix Bourdieu. A busca pelo respeito e pela dignidade homossexual passa pela criação de leis, movimentos e manifestos populares, pois a aceitação do “diferente” é o principal fator para a efetivação de garantias de direitos desse segmento social.

Palavras – chave: Homossexualidade; Sociologia; Homofobia.

Abstract: The aim of this text is to demonstrate the state of knowledge about homosexuality from the point of view of sociology after an extension/ search practice at a school aimed at the LGBTTT public founded in 2009, which closed its doors in 2012. It is used the national and international literature for this discussion that has as central concept the homophobia and as strategic focus, the analysis of the work of Émile Durkheim and Pierre Félix Bourdieu. The search for respect and homosexual dignity involves the creation of laws, movements and popular manifestos, since acceptance of the “different” is the main factor for the realization of the rights guarantees of this social segment.

Keywords: Homosexuality; Sociology; Homophobia.

1 Realiza Pós-Doutorado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP – Marília e pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL. Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP – Araraquara (2018), sendo bolsista no início do doutorado da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp – FUNDUNESP (2015). Realizou estágio doutoral (Doutorado Sanduíche) com bolsa CAPES/PDSE, junto ao Centro em Investigação Social (CIS) pelo Centro Universitário de Lisboa – ISCTE – Portugal (2015-2016), sob processo de número 99999.006746/2015-02. Mestre em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (2014). Possui graduação em Ciências Sociais (2011). E-mail: r.silva@unesp.br

Introdução

“A educação é uma coisa admirável, mas é bom recordar que nada do que vale a pena saber pode ser ensinado”

Oscar Wilde

Devemos pensar que os padrões e normas que são impostos atuam de forma a tentar homogeneizar em um contexto marcado pela diversidade de crenças e comportamentos. Será que estamos preparados para lidarmos com as diferenças? E ainda, será que as políticas de estado são capazes de produzir efeitos neste contexto patriarcalista, machista e discriminador?

O assunto que estamos discutindo é demasiado controverso, não pelo seu aspecto moral, ético ou religioso. Na verdade, este artigo abstém-se de colocar em questionamento quaisquer fatores subjetivos, posto que seu propósito seja especificamente a análise sociológica da questão, não querendo estabelecer procedimentos, criar ou aprovar comportamentos e muito menos reprová-los. Este artigo nasceu pós-defesa² de doutorado³. Na verdade, conforme Durkheim (1984) define, sociologicamente falando, que a análise apropriada é feita desprovida de sentimentos, não por sermos pessoas desprovidas de opinião pessoal, mas para que tal consideração não se torne a mera expressão inepta de subjetividade.

Nas raízes da sociologia, Durkheim (1984) define também o fato social. O que vem a ser? São os agentes reais ou o conjunto de maneira que estão no foco de uma sociedade. São os instrumentos sociais e culturais que determinam na vida de um indivíduo as maneiras de agir, pensar e sentir e o obrigam a se adaptar às regras da sociedade. A teoria está no cerne da sociologia funcionalista e estruturalista e podem ser normas sociais, valores, convenções e regras. Os fatos sociais existem independente da vontade do indivíduo, como explica Durkheim (1994, p.9) e são independentes. A tese central de Durkheim aponta que o fato social está na percepção do indivíduo e de maneira grosseira é condicionada por realidades sociais que impõem os limites do comportamento a ser aceito pela sociedade. O ponto fundamental do fato social é sua coercitividade está relacionada ao poder ou à força e que os padrões da cultura de uma determinada sociedade são impostos aos integrantes. Essa característica, diz Souza (2011) obriga os indivíduos a cumprir os padrões culturais.

Outro aspecto analisado pela sociologia é a abrangência e significado de violência. Estamos acostumados à violência física que se exterioriza e apresenta com relação a outrem, causando dano. Contudo, há, por exemplo, a violência socioeconômica: os atos ou processos coletivos que põem à margem de benefícios, dos frutos do trabalho e das atividades sociais, uma pessoa ou um grupo. Um segundo tipo de violência é a tecnológica que ocorre em nossos dias de maneira ampla: pessoas que não têm acesso aos processos e materiais tecnológicos ficam apartados, alienados dos processos de globalização e, conseqüentemente, não desfrutam dos benefícios produzidos pelo mundo tecnológico.

Olhar Sociológico

Outro tipo de violência, também preocupante é a violência simbólica. Esta violência é um conceito social elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2005,p.86) no qual aborda uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, em que causa danos morais e psicológicos. É uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que

2 Mais informações em SILVA, Renan Antônio. Ensino, tecnologia e preconceito: diário de campo em uma escola destinada ao público LGBTTT no Brasil. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. esp., p. 1217-1233, 2017.

3 INCLUIR EXCLUINDO OU EXCLUIR INCLUINDO: A escola. E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos. Tese defendida no dia 13/07/18.Orientadora: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti - UNESP - Araraquara/SP.

induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Devido a esse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação desse conhecimento através do reconhecimento da legitimidade desse discurso dominante. Para Bourdieu (2005, p.86) a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico. Segundo Miranda (2005) o indivíduo que sofre a violência simbólica sinta-se inferiorizado como acontece, por exemplo, nas questões de *bullying* (humilhação constante), raça, gênero, sexualidade, filosofia etc.

Analisar a homoafetividade sob esses aspectos sociológicos nos põem as seguintes questões: o fato social possui três características essenciais: a generalidade, a externalidade e a coercitividade. Como os fatos sociais são externos ao indivíduo, esses fatos existem sem a nossa consciência da sua existência ou da sua autonomia. O ser humano adquire muito dos fatos sociais desde o início da sua educação, e tende a internalizar muito das suas características. Como isso ocorre, há uma habitualidade de convivência com os fatos sociais e assim, disfarça-se o seu caráter vinculativo, devido ao costume: a esse processo Durkheim (1994, p.9) chamou de princípio da socialização. Um dos critérios para o reconhecimento de fatos sociais é determinar a resistência à mudança de uma coisa: os fatos sociais não podem ser alterados por uma simples declaração de vontade. Isso não implica na impossibilidade de alteração dos fatos sociais, mas é necessário um grande esforço para fazê-lo.

Existem diversas formas de se determinar um fato social, e uma delas é por meio das estatísticas. O fato social deve representar “certo estado de espírito coletivo”, e por isso, fatos com baixíssima incidência ou habitualidade não devem ser reconhecidos como fatos sociais normais ou habituais. Ao expor o conceito de fato social, Durkheim mostra como a sociedade, através de eventos sociais, influencia a forma de pensar e de estar de um indivíduo. Apesar de no início dos seus trabalhos Durkheim (2002, p. 143) ter focado no caráter coercitivo dos fatos sociais, o desenvolvimento dos estudos e o seu amadurecimento levou-o a explorar previamente as demais características, e nos seus trabalhos mais recentes, a palavra “obrigação” quase não aparece relacionada aos fatos sociais.

Através de seu trabalho, Durkheim mostra uma análise sociológica dos fatos sociais. Na divisão, examina como a demografia, a tecnologia, o transporte e a comunicação podem mudar a consciência coletiva de uma sociedade. Durante seu estudo do “O Suicídio”, Durkheim (2002, p. 143-152) tenta provar que este fato social, também está condicionado a fatores sociais, suicídio, relembra Teixeira (2002), morte do corpo, devido à indiferença, a imposição ou pressão social. Assim a discussão que circunda a homoafetividade tem ligação imediata com o fator mudança, embora de modo geral não seja visto ou aceito com bons olhos. Mesmo os que dizem ‘não ter nada contra’, tampouco se mostram favoráveis e, assim, usam a máscara da hipocrisia, tão própria dos povos latinos. Por esse motivo, ainda que haja a resistência, não se podem negar os fatos.

Como também dissemos a homoafetividade, especialmente nos últimos anos, assume a forma de fenômeno social. Isso corresponde aos comportamentos, ações e situações observadas em determinadas sociedades, organizações e grupos. Ocorrem frequentemente em determinados períodos da história. Um exemplo da nossa vida diária é a moda. Os fenômenos podem ser tanto de efeitos positivos quanto negativos. Caso negativo é chamado de problema social. Na literatura, a expressão fenômeno social é utilizada frequentemente para representar uma época característica dentro da história, tais como fenômeno social de: Machado de Assis, Beatles, Pelé, Projeto Apollo, Copa do Mundo. Em razão do fato social, que é orientado pelos padrões heteroafetivos, a homoafetividade assume um papel negativo aos olhos da ‘moral social’, uma transgressão de princípios e uma afronta à família ‘tradicional’ e aos bons costumes.

Quando se analisa os fatos e fenômenos sociais, como observado a pouco, a preocupação é quanto esse constituirá um problema ou se ele terá características de morbidez, como no caso do crime. A homoafetividade não assume hoje o viés criminal no mundo inteiro, mas houve épocas e há países onde essa é tida como crime, punível com pena capital. Ainda assim, uma vez que esse fato social é, como todos os demais, uma coisa, a questão não é a aceitabilidade ou não, mas sim a sua ocorrência e a necessidade de uma abordagem menos tradicionalista, que tende à falso moralismo, e mais humana e cidadã do assunto.

Por exemplo, falando-se do crime, todos os indivíduos devem, de acordo com Durkheim, inde-

pendente do agrupamento social, respeitar a vida, a propriedade e a honra de seus semelhantes. Nesse sentido, quando há o desrespeito a um desses elementos supracitados, Durkheim considera a existência de um crime. Para o autor, adepto da concepção da escola criminológica italiana, o crime consiste quase que exclusivamente em matar, ferir e roubar. Assim, o criminoso seria todo aquele que atenta contra a propriedade ou contra a pessoa de alguém. No entanto, o pensador desenvolve uma análise histórica da ocorrência de crimes e observa que antigamente, atitudes que já na época do autor eram consideradas extremamente imorais não o eram assim consideradas, algumas inclusive eram facultativas.

Assim, Durkheim (1994) ressalta uma maior flexibilização em sociedades mais inferiores, e é nítida essa característica quando observamos a menor gravidade das penas que sancionavam essas atitudes. No livro “Lições de Sociologia” o autor acima (1994) relaciona esse enrijecimento das punições a maior valoração atribuída à moral e à ética no decorrer do desenvolvimento das sociedades. É importante ressaltar a importância da sociedade, das instituições sociais e da solidariedade na obra sociológica de Durkheim. Para Teske (1999) a coletividade é essencial à sobrevivência do indivíduo, afinal numa leitura simplista de sua obra é possível afirmar que para o autor o ser humano se tornou “superior” porque vive em sociedade. Portanto, define que o direito e as instituições sociais têm como finalidade a manutenção da sociedade. Por isso o autor é visto como conservador.

Assim, divide os fatos sociais em normais e patológicos, os primeiros são aqueles presentes em todas as sociedades e que reforçam os laços sociais, já os fatos sociais patológicos são aqueles que negam a sociedade, são atos egoístas, como o suicídio e, para alguns, a homoafetividade. Existe uma solidariedade social proveniente do fato de que certos números de estados de consciência são comuns a todos os membros da mesma sociedade. O papel que ela representa na integração geral da sociedade depende da maior ou menor extensão da vida social que a consciência comum abraça e regulamenta (solidariedade mecânica, mais forte, em sociedades mais coesas e menores x solidariedade orgânica, laços menos fortes, sociedade menos coesa).

Os crimes são aqueles atos que ofendem os estados fortes e definidos desta consciência coletiva ou que ofendem a instituição a instituição social, esta que tem por função repelir quaisquer sentimentos antagônicos à sociedade. Por ofenderem algo tão importante à sobrevivência da sociedade é que são reprimidos. Ainda assim, são fatos sociais normais porque sua repressão, a pena, reforça a solidariedade nos indivíduos. As penas são reações passionais graduadas caso a caso contra indivíduos que ofenderam normas de conduta essenciais para a sobrevivência da sociedade. Segundo o autor as penas não deveriam ser graduadas de acordo com o crime, mas sim conforme o criminoso fosse mais ou menos empedernido (perigosos à sociedade, propensos a cometer novos crimes), ou seja, as penas devem proteger a sociedade contra possíveis novos crimes.

Em sociedades mais industrializadas, a divisão do trabalho tende a dispersar a solidariedade, pois a consciência comum tende a perder força e sua regulamentação na vida social também. Como o direito repressivo (direito penal) está intimamente relacionado à solidariedade, porque pretende protegê-la de comportamentos antagônicos, quanto maior o número de crimes, maior a coesão social. Por isso, é possível avaliar o funcionamento de uma sociedade de acordo com a repressão aos crimes. Mas é claro que em alguns casos, certos elementos da consciência coletiva são mais indeterminados ou tem menor energia, e por isso não fazem parte do direito repressivo, mas fazem parte do direito reparativo (direito civil comercial). Por fim, com a menor importância da consciência coletiva, da solidariedade nas sociedades, em que as pessoas são cada vez mais egoístas e individualistas, a anomia é cada vez maior. O que tende a aumentar os casos de crimes, já que as pessoas tendem a praticar atos que negam a solidariedade, e a sociedade.

Em “As Regras do Método Sociológico (1895)”, Durkheim colocou que o crime tem uma função na sociedade e, portanto, é normal. Um fato social é normal para um tipo social particular, considerado numa determinada fase do seu desenvolvimento, quando o corre no meio das sociedades, neste caso, visto na fase correspondente de sua evolução. Apesar de não estar em conformidade com as normas sociais, está presente em todas as sociedades. Além disso, “os danos causados à sociedade podem ser cancelados pela sentença, se ela funciona de forma consistente”.

Como menciona Santos (2005) existe uma metonímica social, um fascismo que impede a coexistência do diferente, impondo como válido somente aquilo que é corriqueiro, nesse caso a maioria que tem um estilo de vida chamado normal, simplesmente por uma estética estabelecida com base em conceitos coletivos, de cunho estritamente pessoal, sem autoridade suficiente para impor à sociedade o que é ou não correto.

O grave nesse contexto é que os que se indispõem com a mudança mostram-se insensíveis à questão da marginalização daqueles que, embora semelhantes, optam ou até necessitam adotar padrões diferenciados. E, uma vez que nenhum de nós consegue estabelecer quais os fatores preponderantes na gênese da homoafetividade, sendo a única certeza que essa não é uma patologia, a única postura admissível no debate seria da imparcialidade. Obviamente que ser imparcial não significa ser desprovido de opinião, mas, cabe aos nossos conceitos e opiniões pessoais o seu real papel: pessoal e íntimo.

Apesar deste prognóstico pessimista, Durkheim (1994) vê na morte dos velhos deuses o advento de novas formas de religião que levarão à mudança da sociedade ocidental. Durante os séculos XVIII e XIX, a sociedade ocidental estava passando por uma forte divisão do trabalho, pelo crescimento das cidades, pela industrialização, o que levou a um maior individualismo. Esse individualismo levou a um ponto em que a única coisa que todas as pessoas tinham em comum era precisamente sua individualidade. Por esta razão, uma sociedade centrada em torno do culto indivíduo parece bastante natural, pois, essa é a única coisa que ainda é capaz de reunir e unificar toda a consciência individual. Essa religião também tem sua própria moralidade. Além disso, no culto do indivíduo, a metafísica cristã é substituída pela ciência moderna. Essa nova religião ainda está presente em nossa sociedade, especialmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como nos discursos de vários grupos anarquistas/comunistas. Ela também é vista na propagação das democracias modernas em todo o mundo. O domínio da ciência moderna hoje também ecoa a análise e previsões de Durkheim.

A análise da moral feita por Durkheim (1994) foi, em muito, influenciada por Immanuel Kant (1724 – 1804) e a sua noção de dever. A partir deste ponto, Durkheim crítica e elabora a sua teoria da moral enquanto sistema de regras de conduta. Nesse sentido, Durkheim se utiliza da ideia de dever de Kant para construir a ideia de que o dever e a obrigatoriedade constituem uma espécie de obrigatoriedade moral que direciona o comportamento das pessoas. Ou seja, existem certos padrões morais pré-estabelecidos aos quais as pessoas devem obedecer. Além disso, deve a moral ser legitimada por aqueles que, ao seguir os deveres por ela impostos, acreditam estar fazendo um bem, ou seja, a natureza obrigatória da moral caminha conjuntamente à manifestação voluntária da vontade de segui-la.

Sobre a possibilidade de a moral se modificar, Durkheim argumentava que o ideal moral é mutável uma vez que ele surge se modifica e evolui na medida em que se modificam as sociedades às quais se aplica. De acordo com Durkheim (1994) essas mudanças na moral podem ocorrer devido aos mais diversos fatores – mesmo uma rápida mudança pode vir a ser capaz de alterar toda a consciência coletiva. Com isso, constantemente, surgem e se modificam novas estruturas de moralidade. Nesse sentido, o desvio social constitui um fator importante na mudança da moral tanto de forma indireta – quando a própria consideração do crime como tal pela consciência coletiva mostra que a sua inevitabilidade está ligada à impossibilidade de imposição da consciência coletiva sobre a consciência individual, fato esse que levaria à uma situação de imutabilidade moral – e de forma direta – quando o próprio criminoso mostra-se o precursor da mudança moral.

Ao longo de sua vida, entretanto, o estudo e a interpretação do vínculo social se modificaram. Inicialmente, quando sua obra pouco era permeada por religião, Durkheim interpretou o vínculo social através dos conceitos de solidariedade orgânica e mecânica. Entretanto, à medida que Durkheim reconheceu a religião e a inseriu em suas teorias a sua visão de vínculo social se modificou.

Em seu livro, “Da Divisão do Trabalho Social”, Durkheim (1994) define a evolução da solidariedade: as sociedades tradicionais passadas foram baseadas na solidariedade mecânica, que incluía comportamento coletivo e atividades de produção pouco diferenciadas. Esta solidariedade foi baseada na proximidade, similaridade e no compartilhamento de histórias e de valores comuns às comunidades humanas.

Tais histórias e valores nunca produziram solidariedade ao que fosse considerado anormal, como por muito tempo a homoafetividade foi taxada.⁴

Entretanto, essa solidariedade deu lugar a uma solidariedade orgânica, prevalente na sociedade moderna. Esta solidariedade é definida pela interdependência e complementaridade impostas pela sociedade moderna para os seres humanos. De acordo com ela, cada membro da sociedade, enquanto ser independente e único está ligado aos demais numa estrutura de solidariedade complementar. Esse modelo de solidariedade deu as primeiras mostras com a divisão do trabalho e as suas decorrências tais como a alta densidade populacional e o avanço da tecnologia. De acordo com Durkheim, essa divisão social do trabalho parece criar uma relação de interdependência, uma função social, entre os seres humanos.

Durkheim foi repetidamente acusado de determinismo e holismo por causa de sua posição e sua metodologia. Outros críticos vão tão longe a ponto de dizer que Durkheim é anti-individual, e que não deixa espaço para o indivíduo em suas teorias. Nesse sentido, Durkheim é muitas vezes comparado a Max Weber, que enfatiza o indivíduo em sua análise. Assim, pergunta-se sobre qual seria o papel do indivíduo na obra de Durkheim. Mesmo que o autor tentasse explicar os fenômenos sociais da comunidade, o que deixa muito espaço para os indivíduos e para o livre arbítrio em suas teorias e análises, as acusações de determinismo ou holismo deixam de levar em conta e interpretar um grande número de elementos do seu trabalho.

É preciso lembrar que os fatos sociais são externos e internos aos indivíduos ao mesmo tempo. Isso, pois, os elementos da sociedade, tais como crenças religiosas, moralidade, ou linguagem, são incorporados e apropriados pelos indivíduos em sua própria maneira. Embora seja verdade que, por exemplo, representações coletivas seja o trabalho da comunidade, elas são compostas pelas experiências do indivíduo. Para atestar tal ideia, Durkheim usa o exemplo da moral e defende que cada indivíduo é, em parte, sua moralidade ao mesmo tempo em que absorve a moral coletiva. Assim, há em cada um de nós uma vida moral interior, e não há consciência individual que reflete exatamente a consciência comum.

Isto também se aplica a tudo o que é social, que desvia os críticos que dizem que a teoria de Durkheim a religião não permite que a fé pessoal. No entanto, Durkheim explica que a fé religiosa é incorporada e interpretada por cada indivíduo. Neste sentido, é a fé comum, doutrina ou ideal, partilhada por todos os membros da sociedade, também permeada pela fé individual, que é uma mistura de personalidade e experiência do indivíduo, de um lado, e fé coletiva ou ideal do outro. Reiterando esse ponto, ainda, deve-se lembrar que o fato social emerge a partir da fusão das consciências individuais. Em tudo isso, há uma reciprocidade delicada entre o indivíduo e a sociedade, que é negligenciada por críticos de Durkheim. Na obra de Durkheim, não apenas os indivíduos mantêm a sua individualidade, mas eles têm a oportunidade de enriquecer o campo de forças sociais, através da contribuição de seus próprios sentimentos e pensamentos.

Durkheim, como muitos outros escritores de sua época, Schopenhauer, Nietzsche, Freud, Darwin, entre muitos outros, tendem a ver e tentar explicar o que ele via como a inferioridade das mulheres. Embora Durkheim procurasse fornecer explicações sociológicas para os fenômenos que ele estudou, ele ainda estava condicionado a princípios biológicos e naturais, comuns em seu tempo. No caso de seu estudo sobre o suicídio, por exemplo, Durkheim escreveu que se as mulheres se suicidam menos do que os homens depois de um luto ou divórcio, isso foi devido as diferenças naturais envolvidas em seu comportamento “mais instintivo”.

A questão sobre a violência contra as populações homoafetivas é empiricamente observada nos dados já mencionados de violência física. Não é demais repetir: o Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo. Ademais, a morte simbólica é uma imposição das teorias sobre a violência simbólica de Bourdieu (2005). Assédio moral, sexual, violência verbal são realidades vividas por pessoas homoafetivas desde as suas infâncias. Algumas são portadoras dessas cicatrizes por todo seu ciclo de vida biológico, desenvolvendo males como depressão, transtornos afetivos de humor. Há também os que, por serem vítimas de uma violência física, especialmente sexual, vivem o estigma da automutilação social e perse-

⁴ QUINTANEIRO, Tania. *Um toque de clássicos - Marx/Durkheim/Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 79-83.

guição de si próprios, sempre se sentindo culpados pelos abusos sofridos durante a juventude. Alguns, de maneira muito frustrante, acabam se entregando à vida de prostituição, como consequência ou cicatriz dos abusos da infância ou juventude.

Considerações Finais

Quanto à violência social e econômica, usaríamos extensas laudas para falarmos do óbvio: homoafetivos eram excluídos dos círculos de poder, política e economia da sociedade em todos os países. A discriminação atinge mesmo o alto escalão das relações internacionais. A França, uma das filhas mais queridas da Igreja Católica na Europa, chamada de sua 'primogênita', nomeou para ser seu embaixador junto ao Vaticano um homossexual, o embaixador Laurent Stefanini. O Chefe de Estado do Vaticano, papa Francisco (2016) permaneceu em silêncio quanto à aceitação das credenciais do embaixador. Diante desse silêncio intimidador, o presidente da França cancelou a indicação.⁵

Pois bem, a indicação do presidente francês foi estritamente política. O diplomata não cumpriria nenhum papel ou ofício religioso. Logo, ser ele homossexual ou não seria absolutamente indiferente. Porém, a negativa silenciosa por parte do Vaticano, além de mostrar o alcance da violência simbólica, que exclui homoafetivos também dos círculos de poder, em questões técnicas, quanto mais no que diz respeito à opinião pública. Tampouco podemos nos esquecer dos possíveis efeitos danosos à honra e à saúde mental desse diplomata. Ele foi exposto ao opróbrio público para todo o planeta, primeiro quanto à sua sexualidade, que ele poderia escolher manter como algo privado, posteriormente como ser humano que teve sua honra reprimida em virtude dos preceitos religiosos de um Estado político, em relações políticas. Como se sentiu ou foi afetado do diplomata Stefanini? Isso é violência simbólica em ação. Como são as populações homoafetivas pobres, negras e já marginalizadas por si só.

Assim sendo, mesmo sob o prisma da Sociologia, a questão homoafetiva tende a sempre se deparar com as tradições e contradições do mundo moderno. Ainda que os anos passem e as pessoas tendam a desenvolver um ponto de vista menos intolerante, isso não significa que elas se tornarão tolerantes. Por incrível que pareça, ainda que a religião não exerça forte influência na vida das pessoas, essa por ser decana na existência humana arraigou fortemente seus padrões, nos quais de determina macho e fêmea e a relação exclusivamente entre tais. Contudo, como dissemos no início, visto que a palavra mulher no hebraico antigo significa 'homem-fêmea', não podemos ser deterministas em dizer que haveria de ter exclusividade entre o homem e o 'homem-fêmea'. Afinal, morfológicamente falando, estaríamos falando de iguais, não de diferentes.

Silva (2017) diz que embora essa definição talvez cause choque e espanto, especialmente aos que fazem fortes asserções contra as expressões homoafetivas, como dissemos a abordagem que queremos dar é a mais imparcial possível, considerando todos os aspectos relacionados, não desprezando nenhum credo religioso, mas também evitando ser guiado por um deles. A questão é quanto à ciência do social e a apresentação dessa realidade que se faz presente diuturnamente nos nossos dias. Teremos, sem dúvida, o dever moral de explicar, abordar e dimensionar a importância da questão face às novas realidades que surgirão. O tema da homossexualidade, segundo Pereira (1981) tem sido alvo de um forte debate social, quer ao nível da igualdade de direitos humanos, como é exemplo o casamento civil e a adoção de filhos por pais homoafetivos, quer no combate ao preconceito e discriminação contra os homossexuais nos vários contextos sociais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005/1989.

5 EL PAÍS. *França desiste de diplomata gay como embaixador no Vaticano*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/internacional/1461061992_775308.html>. Acesso em 8 fev. 2017.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método Sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação**: por uma teoria da comunicação praxiológica. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2005.

SOUZA, Luiz Antonio Francisco de,. **Sociologia da violência e do controle social**. Curitiba: IESDE Brasil, 2011.

SILVA, Renan Antônio. Ensino, tecnologia e preconceito: diário de campo em uma escola destinada ao público LGBTTT no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. esp., p. 1217-1233, 2017.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Três fórmulas para compreender “O Suicídio” de Durkheim. **Revista Comunicação, Saúde, Educação**. Vol. 6, nº 11, ago. 2002.

TESKE, Ottmar et alli. **Sociologia**: Textos e Contextos. Canoas: Editora ULBRA, 1999.

Recebido em 12 de dezembro de 2018.

Aceito em 15 de dezembro de 2018.